





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

**3.6 Dividendos**  
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº 21.2.

**3.7 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros**  
As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos realizadas pela Companhia estão sendo divulgadas nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3.8 Demonstração do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pela venda de receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remunerações e honorários de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**4.1 Representação das reservas de lucros e dividendos propostos**  
Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 22 de fevereiro de 2021, a reserva legal foi constituída no montante de R\$217, ficando superior ao limite de 20% do capital social da Companhia conforme estabelecido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/1976. O quadro abaixo demonstra os impactos dos ajustes para a adequada constituição da reserva legal e dividendos propostos e a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia, vide notas nº 21.2 e 21.3.

	31/12/2020		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>			
Dividendos a pagar	22	63	85
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>8.723</b>	<b>63</b>	<b>8.786</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Reserva legal	217	(65)	152
Retenção de lucros	428	2	430
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>1.410</b>	<b>(63)</b>	<b>1.347</b>

**5 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NÓRMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2021**  
**5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente**  
Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS7 e CPC 48/IFRS9: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de <i>hedge</i> ou do instrumento de <i>hedge</i> .
Revisão CPC 06 (R2)/IFRS16	Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido para arrendatário em contrato de arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia não faz uso desse expediente prático.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**  
A Companhia não adotou antecipadamente os CPCs e IFRSs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/ após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1:	- Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais.	01/01/2023
Alterações do CPC 23 (R1) e IAS 8: Definição de estimativas contábeis	Introduzir a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e <i>inputs</i> para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**6 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS**  
A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - *impairment*, notas nºs 8.3, 13.1, 14.1 e 14.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, nota nº 9.
- Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, nota nº 10.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nota nº 16.10.
- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, nota nº 17.
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental, nota nº 18.
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, nota nº 20.
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, nota nº 21.5.

**7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias - Brasil	74	64
Caixa e contas bancárias - Exterior (*)	25	29
Aplicações financeiras - Brasil (**)	2.451	3.439
	<b>2.550</b>	<b>3.532</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R\$25 em dólares norte-americanos (R\$24 em dólares norte-americanos e R\$5 em pesos colombianos em 31 de dezembro de 2020).

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificadas de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 109,64% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (96,96% do CDI em 31 de dezembro de 2020) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

**8 CONTAS A RECEBER**  
Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros procedimentos abrangentes, no caso dos recebíveis de administradores de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com conta a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

A estimativa para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira a cada data a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento. A cada data de balanço patrimonial, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Proveniente de vendas com:</b>			
Administradoras de cartões de crédito	8.1	75	62
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas	11.1	24	17
Tickets de vendas e boletos	8.2	118	77
Contas a receber de partes relacionadas	11.1	31	10
Contas a receber de fornecedores/ boletos		23	20
		<b>271</b>	<b>186</b>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	8.3	(6)	(4)
		<b>265</b>	<b>182</b>

Abaixo apresentamos a composição das contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Até 30 dias > 90 dias
31/12/2021	271	269	1
31/12/2020	186	181	2

**8.1 Administradoras de cartões de crédito**  
A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo de contas a receber.

**8.2 Tickets de vendas e boletos**  
Refere-se a valores provenientes de transações via meio de recebimentos: (i) *tickets* e vale-relação R\$56 (R\$36 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) boletos R\$62 (R\$41 em 31 de dezembro de 2020).

**8.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(4)	(5)
Adições	(15)	(4)
Reversões	13	5
No fim do exercício	<b>(6)</b>	<b>(4)</b>

**9 ESTOQUES**  
São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas do pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lojas		3.955	3.416
Centrais de distribuição		878	818
Acordos comerciais	9.1	(416)	(444)
Perdas com estoques	9.2	(37)	(51)
		<b>4.380</b>	<b>3.739</b>

**9.1 Acordos comerciais**  
Em 31 de dezembro de 2021, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$416 (R\$444 em 31 de dezembro de 2020).

**9.2 Perdas com estoques**

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(51)	(41)
Adições	(315)	(303)
Reversões	13	20
Baixas	316	273
No final do exercício	<b>(37)</b>	<b>(51)</b>

**10 IMPOSTOS A RECUPERAR**  
A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	10.1	1.153	1.311
PIS/COFINS	10.2	370	141
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	10.3	54	36
Impostos retidos a recuperar	10.4	61	144
Outros		8	2
<b>Total</b>		<b>1.646</b>	<b>1.634</b>
Circulante		876	768
Não Circulante		770	866

**10.1 Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS**  
Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou de sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

**11 PARTES RELACIONADAS**  
**11.1 Saldos e transações com partes relacionadas**

	Saldos do Ativo		Saldos do Passivo		Transações	
	Cientes	Outros ativos	Fornecedores	Outros passivos	Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controladores</b>						
Wilkes Participações S.A. (i)	-	-	-	-	2	(6)
Euris (ii)	-	-	-	-	1	(1)
Casino Guichard Penrarchon (iii)	13	10	-	-	-	(35)
	13	10	-	-	3	(42)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
GPA (v)	18	-	100	168	8	365
Compre Bem	-	-	-	-	-	41
Greenyellow (v)	-	-	-	-	-	(1)
Joint Venture	-	-	-	-	-	(26)
Financiera Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (vi)	24	17	14	10	14	11
	42	17	114	178	22	11
	55	27	114	178	22	11
					368	41
					(191)	(187)

**Total**  
As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:

(i) Wilkes Participações S.A.: reembolso de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos e manutenção.  
(ii) Euris: reembolso de despesa conforme contratos firmados *cost sharing* (despesas com pessoal, expatriados, manutenção, *marketing* e aluguel).  
(iii) Casino: (a) *Agency Agreement*, celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de lucro reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas; (b) *Agency Agreement*, celebrado entre o GPA, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.  
(iv) GPA: (i) Acordo de separação: celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020, em que as companhias se comprometem a indenizar uma a outra por eventos que possam surgir em decorrência da reorganização societária, vide nota nº 1.2; e (ii) Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais: celebrado entre a Companhia e o GPA em 16 de dezembro de 2021 para a aquisição dos pontos comerciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem a pagar o montante de R\$201 referente a aquisição dos 20 pontos comerciais, vide nota nº 1.4.  
(v) Greenyellow: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistemas fotovoltaicos pela Greenyellow em lojas Assaí e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.  
(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

**11.2 Remuneração da administração**  
As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Conselho de administração</b>	25.533	-	-	7.111	-	32.644
Diretoria	20.241	12.963	14.485	7.027	4.877	42.358
Conselho fiscal	331	-	-	-	-	331
	46.105	12.963	14.485	7.027	14.743	4.877
					4.877	75.333

O plano de opção de compra de ações se relaciona aos executivos da Companhia que possuem ações de Sendas e GPA e esses planos vem sendo tratados no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

**12 INVESTIMENTOS**  
A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de Investimento	Sociedades	País	Participação nos Investimentos - %	
			31/12/2021	31/12/2020
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

**Composição e movimentação dos investimentos**

	Bellamar
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	769
Equivalência patrimonial	47
Dividendos recebidos	(11)
Dividendos a receber	(16)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>789</b>

**Aquisição de participação em Bellamar**  
Em 31 de dezembro de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária aprovado pelos acionistas da Companhia, a Companhia recebeu do GPA através de permuta de ativos a participação de 50% em Bellamar, sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC. Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC.

A transação de aquisição de participação em Bellamar foi avaliada como a aquisição de um controle em conjunto (*Joint Venture*), CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Por ser aquisição de uma *Joint Venture* avaliada pelo método de equivalência patrimonial, os ativos identificados e passivos assumidos estão registrados dentro da linha de Investimento.

**Contexto da operação**  
A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, das sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

De acordo com o processo da reorganização societária envolvendo a Companhia, vide nota nº 1.2, foi elaborado o estudo para a avaliação do valor justo dos ativos intangíveis e alocação indicativa do preço de aquisição (PPA) referente a aquisição de participação minoritária de 17,88% das ações da FIC, através da Bellamar, pela Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2020.

**Determinação da contraprestação transferida pela aquisição**  
A Companhia transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações de Êxito, correspondente a 39.246.012 ações.

**Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos**  
A Administração contratou uma empresa independente para determinação do valor das ações da FIC, avaliadas num espaço de R\$4,63 a R\$4,96 por ação.

Para determinação do valor das ações no processo de cisão foi adotado o valor de R\$4,74, dessa forma o valor de mercado da FIC em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.301, o que representa o valor justo do investimento de Bellamar em FIC no montante de R\$1.538.

No processo de permuta, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu 50% das ações da Bellamar pelo valor justo de R\$769.

**Composição do preço de aquisição**  
No primeiro semestre de 2021, a Companhia concluiu a alocação do valor de aquisição correspondentes aos 17,88% de participação na FIC no montante de R\$769. Na tabela abaixo, estão sendo apresentados os ativos e passivos identificáveis da FIC.

**Ativos adquiridos e passivos assumidos**  
O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da FIC em 31 de dezembro de 2020 (data de aquisição), estão apresentados abaixo:

Ativos	29
Caixa e equivalentes de caixa	22
Títulos e valores mobiliários	6.213
Operações de créditos	98
Outros créditos	3
Outros valores a receber	265
Outros créditos, não circulante	3.127
Imobilizados e intangíveis	127
Investimentos	47
	<b>9.804</b>
Passivos	(790)



☆ continuação

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (I)	Saldo em 31/12/2021
Terenos	481	207	-	(2)	-	(116)	570
Edifícios	609	258	-	(4)	(15)	(192)	656
Benefícios em imóveis próprios e de terceiros	2.598	1.161	-	(1)	(182)	20	3.596
Máquinas e equipamentos	635	307	-	(1)	(128)	15	828
Instalações	269	117	-	(1)	(25)	1	362
Móveis e utensílios	340	110	-	(2)	(53)	21	416
Imobilizações em andamento	78	266	-	-	-	(109)	235
Outros	37	6	-	-	(14)	8	37
Subtotal	5.047	2.433	-	(11)	(417)	(352)	6.700
Arrendamento - Direito de uso:							
Edifícios	2.423	885	628	(92)	(244)	4	3.604
Equipamentos	6	16	-	-	(5)	(1)	16
Subtotal	2.429	901	628	(92)	(249)	3	3.620
Total	7.476	3.334	628	(103)	(666)	(349)	10.320

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Reorganização societária	Transferências e outros (II)	Saldo em 31/12/2020
Terenos	450	62	-	(32)	-	146	(145)	481
Edifícios	846	72	-	(80)	(13)	-	(216)	609
Benefícios em imóveis próprios e de terceiros	1.849	689	-	(62)	(144)	(4)	270	2.598
Máquinas e equipamentos	548	208	-	(9)	(106)	(1)	(5)	635
Instalações	265	51	-	(6)	(21)	-	(20)	269
Móveis e utensílios	290	71	-	(2)	(43)	-	24	340
Imobilizações em andamento	37	118	-	(5)	-	-	(72)	78
Outros	35	7	-	-	(13)	(2)	10	37
Subtotal	4.320	1.278	-	(196)	(340)	139	(154)	5.047
Arrendamento - Direito de uso:								
Edifícios	1.700	708	276	(86)	(174)	(3)	2	2.423
Equipamentos	5	3	-	-	(2)	-	-	6
Subtotal	1.705	711	276	(86)	(176)	(3)	2	2.429
Total	6.025	1.989	276	(282)	(516)	136	(152)	7.476

(I) No exercício de 2021, estão apresentadas transferências de ativos imobilizados para "Ativos mantidos para venda", no valor de R\$349, vide nota nº 1.3.  
(II) No exercício de 2020, estão sendo apresentadas: (a) a integralização de capital por meio de imóveis do GPA no montante de R\$223; (b) transferências de ativos imobilizados para "mantidos para venda" no valor de R\$380.

13.3 Composição do imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terenos	570	-	570	481	-	481
Edifícios	767	(111)	656	704	(95)	609
Benefícios em imóveis próprios e de terceiros	4.387	(791)	3.596	3.203	(605)	2.598
Máquinas e equipamentos	1.373	(545)	828	1.061	(426)	635
Instalações	472	(110)	362	354	(85)	269
Móveis e utensílios	635	(219)	416	513	(173)	340
Imobilizações em andamento	235	-	235	78	-	78
Outros	115	(78)	37	101	(64)	37
Total	8.554	(1.854)	6.700	6.495	(1.448)	5.047
Arrendamento mercantil financeiro						
Edifícios	4.566	(962)	3.604	3.205	(782)	2.423
Equipamentos	61	(45)	16	47	(41)	6
Total	4.627	(1.007)	3.620	3.252	(823)	2.429
Total imobilizado	13.181	(2.861)	10.320	9.747	(2.271)	7.476

13.4 Capitalização de juros dos empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$38 (R\$12 em 31 de dezembro de 2020). A taxa adotada para apuração dos custos de capitalização de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 117,70% (150,67% em 31 de dezembro de 2020) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

13.5 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	3.334	1.989
Arrendamentos	(901)	(711)
Juros capitalizados	(38)	(12)
Financiamento de imobilizado - Adições	(2.284)	(1.184)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos	2.120	1.199
Total	2.231	1.281

As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos exercícios, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

13.6 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$49 (R\$34 em 31 de dezembro de 2020), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

14 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando do seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos. Os ativos intangíveis compreendem principalmente valor, software adquirido de terceiros e software desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas). Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 13,22% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Baixa	Transf. rência	Saldo em 31/12/2021
Agio	618	-	-	-	-	618
Softwares	70	21	(14)	(1)	(1)	75
Fundo de comércio (I)	310	833	(7)	-	-	1.136
Marcas	39	-	-	-	-	39
Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	(1)	1.868
Arrendamento - Direito de uso:						
Bens e direitos	-	18	-	-	-	19
Subtotal	-	18	-	-	-	19
Total	1.037	872	(21)	(1)	-	1.887

Agio

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Agio	618	-	-	618
Softwares	64	19	(13)	70
Fundo de comércio	312	6	(8)	310
Marcas	39	-	-	39
Total	1.033	25	(21)	1.037

(I) No exercício de 2021, na coluna Adições, estão apresentados os valores de aquisição dos 20 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R\$798, vide nota nº 1.4.

14.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo agio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 13.1.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do impairment para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,40% em 31 de dezembro de 2021 (9,80% em 31 de dezembro de 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,60% em 31 de dezembro de 2021 (4,57% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

14.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descritas na nota nº 13.1.1.

14.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições comerciais	872	25
Arrendamentos	(18)	-
Total	854	25

15 FORNECEDORES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de produtos	15.1	6.422	5.450
Fornecedores de serviços		74	85
Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	11.1	27	11
Acordos comerciais	15.2	(576)	(489)
Total		5.942	5.059

15.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, com a finalidade de estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título.

Essas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

15.2 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o

CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

- **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do fluxo efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

- **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para o contrato. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedge sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliadas permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Culpom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

16.5 Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar "reequilibrar" o índice de hedge para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.



☆ continuação

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 resultaram em uma perda de R\$4, sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº 25 (ganho de R\$68 em 31 de dezembro de 2020).

**16.8.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado. Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3. Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

**16.9 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros**

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$6,17 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 11,40% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$15 (R\$17 em 31 de dezembro de 2020).

**17.5 Garantias**

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança
Tributários	630
Trabalhistas	98
Cíveis e outros	223
Total	951

O custo das garantias é aproximadamente 0,32% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

**17.6 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS**

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia passou a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, o STF reconhecou, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS se deveria ser apenas o ICMS pago, ou se todo o ICMS destacado nas notas fiscais, o STF preferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração. Em 2021, já com o trânsito em julgado favorável em suas ações, a Companhia registrou seu direito no montante de R\$216 (sendo R\$175 na receita líquida e R\$41 no resultado financeiro, decorrente de atualização monetária), vide nota nº 10.2.

**17.7 Depósitos judiciais**

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	65	64
Trabalhistas	5	67
Cíveis e outras	40	3
Total	119	134

Transações	Nota	Risco (Aumento do CDI)	Valor Contábil	Saldo em 31/12/2021	Projeções de mercado
Empréstimos e financiamentos	16.12.1	CDI + 1,94% a.a.	1.551	(1.499)	155 118 82
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	16.12.1	TR + 9,80% a.a.	(32)	(58)	(53) (64) (69)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	16.12.1	CDI + 1,25% a.a.	36	(291)	(58) (49) (63)
Debêntures	16.12.1	CDI + 1,48% a.a.	6.446	(6.523)	(1.163) (1.378) (1.593)
Efeito líquido (perda) total			8.001	(8.371)	(1.119) (1.373) (1.643)
Equivalentes de caixa				2.550	252 316 379
Exposição líquida passiva				(5.821)	(867) (1.057) (1.264)

**16.10 Mensuração de valor justo**

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 / IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e <i>tickets</i> de vendas	155	99	155	99
Swaps de taxa de juros entre moedas	(11)	57	(11)	57
Swaps de taxas de juros	4	11	4	11
Swaps de taxas de juros - CRI	3	-	3	-
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(341)	(335)	(341)	(335)
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(7.656)	(7.496)	(7.372)	(6.529)
	(7.846)	(7.664)	(7.562)	(6.697)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

**16.11 Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém contratos de derivativos nas instituições financeiras Itaú BBA, Scotiabank e BR Partners.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
<b>Dívida</b>				
USD - BRL	USD 50	2021	-	57
USD - BRL	USD 50	2023	(11)	-
<b>Dívida</b>				
CRI - BRL	R\$ 1.500	2028 e 2031	3	-
<b>Swaps de taxa de juros registrados na CETIP</b>				
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 54	2027	2	5
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 52	2027	2	6
<b>Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil</b>			(4)	68

	Taxa média ponderada	31/12/2021	31/12/2020
<b>16.12.1 Empréstimos e financiamentos</b>			
Circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,53% a.a.	194	1.864
Custo de captação		(14)	(24)
Total de debêntures e notas promissórias		180	1.840
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	14	12
Capital de giro	CDI + 2,33% a.a.	419	9
Custo de captação		(4)	(5)
Total moeda nacional		429	16

	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
1ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	04/07/2019	05/07/2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	-	53
1ª Emissão de notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	57	53
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	281	267
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	214
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	213
1ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 2,34% a.a.	876	-	1.762
1ª Emissão de debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 2,65% a.a.	1.009	-	2.033
1ª Emissão de debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI + 3,00% a.a.	1.005	-	2.049
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	Sem preferência	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.011	951	-
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.012	668	-
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.368	1.285	-
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.368	1.286	-
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.030	1.012	-
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.031	533	-
Custo de captação							(77)	(45)
							6.446	6.589
							180	1.840
							6.266	4.759

Circulante

Não circulante

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

**16.14 Empréstimos em moeda estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

**16.15 Garantias**

A Companhia assinou nota promissória para o contrato de empréstimos junto ao Scotiabank no valor de USD50 milhões.

**16.16 Contratos de swap**

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos, taxas de juros pré-fixado e IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (fluante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,40% (2,76% em 31 de dezembro de 2020).

**16.17 Índices financeiros**

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,00. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices. A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

**17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos. A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143	61	36	240
Adições	27	40	30	97
Reversões	(2)	(41)	(16)	(59)
Pagamento	-	(4)	(4)	(8)
Atualização monetária	1	8	3	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Depósito judicial	(62)	(60)	(1)	(123)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	107	4	48	159

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Adições

Reversões

Pagamento

Atualização monetária

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Depósito judicial

Provisões líquidas de depósitos judiciais

**17.1 Tributárias**

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente à não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) IPJ na revenda de produtos importados e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 para esses assuntos é de R\$109 (R\$169 em 31 de dezembro de 2020).

	Taxa média ponderada	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	1	264
Total moeda estrangeira		1	264
Total de empréstimos e financiamentos		430	280
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap	CDI + 0,86% a.a.	(4)	(57)
Contratos de swap	CDI + 1,35% a.a.	3	-
Total instrumentos financeiros derivativos		(1)	(57)
Total circulante		609	2.063
Não circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,48% a.a.	6.329	4.780
Custo de captação		(63)	(21)
Total de debêntures e notas promissórias		6.266	4.759
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	47	60
Capital de giro	CDI + 1,74% a.a.	800	901
Custo de captação		(5)	(9)
Total moeda nacional		842	952
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	279	-
Total moeda estrangeira		279	-
Total de empréstimos e financiamentos		1.121	952
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap	CDI + 0,03% a.a.	(28)	(11)
Contratos de swap	CDI + 1,35% a.a.	33	-
Total instrumentos financeiros derivativos		5	(11)
Total não circulante		7.392	5.700
Total		8.001	7.763
Ativo circulante		4	57
Ativo não circulante		28	11
Passivo circulante		613	2.120
Passivo não circulante		7.420	5.711

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.467
Captações	594
Provisão de juros	378
Contratos de swap	(60)
Varição cambial e monetária	57
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	71
Custo de captação	42
Amortização de juros	(451)
Amortização de principal	(1.339)
Amortização de swap	4
Saldo em 31 de dezembro 2020	7.763
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763
Captações	6.090
Provisão de juros	559
Contratos de swap	39
Marcação a mercado	31
Varição cambial e monetária	5
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	(71)
Custo de captação	64
Amortização de juros	(406)
Amortização de principal	(6.075)
Amortização de swap	2
Saldo em 31 de dezembro 2021	8.001

**16.12.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Captações

Provisão de juros

Contratos de swap

Varição cambial e monetária

Efeito de modificação de dívida IFRS 9

Custo de captação

Amortização de juros

Amortização de principal

Amortização de swap

Saldo em 31 de dezembro 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Captações

Provisão de juros

Contratos de swap

Marcação a mercado

Varição cambial e monetária

Efeito de modificação de dívida IFRS 9

Custo de captação

Amortização de juros

Amortização de principal

Amortização de swap

Saldo em 31 de dezembro 2021

	Valor
De 1 a 2 anos	1.648
De 2 a 3 anos	3.602
De 3 a 4 anos	802
De 4 a 5 anos	572
Após 5 anos	836
Total	7.460
Custo de captação	(68)
Total	7.392

**16.12.3 Cronograma de vencimentos não circulantes**

**Vencimento**

De 1 a 2 anos

De 2 a 3 anos

De 3 a 4 anos

De 4 a 5 anos

Após 5 anos

Total

Custo de captação

Total

**17.2 Previdenciárias e trabalhistas**

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$69 (R\$64 em 31 de dezembro de 2020), referente ao potencial de risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

**17.3 Cíveis**

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>20.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.849	1.834
IRPJ e CSLL	(629)	(624)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	(1)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	16	71
Juros sobre capital próprio	22	105
Subvenção de ICMS - incentivos fiscais (i)	241	-
Créditos juros Selic (ii)	81	-
Créditos de atualizações monetárias	11	-
Benefícios fiscais	-	29
Outras diferenças permanentes	(2)	(16)
Imposto de renda efetivo	(239)	(436)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	(366)	(704)
Diferido	127	268
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(239)	(436)
Taxa efetiva	12,9%	23,8%

(i) A Companhia possui benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 160/17 e Lei nº 12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais, vide nota nº 21.4.  
(ii) O crédito refere-se a decisão de repercussão geral do STF no qual entendeu que os juros SELIC advindos da repetição de indébito, possuem natureza de dano emergente. Sendo assim, não há incidência de IRPJ e CSLL sobre a parcela dos juros.

**20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	167	-	167	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	59	-	59	81	-	81
Variação cambial	-	(7)	(7)	26	-	26
Amortização fiscal de ágio	-	(317)	(317)	-	(315)	(315)
Ajuste a marcação de mercado	1	-	1	-	(2)	(2)
Imobilizado e intangível	33	-	33	37	-	37
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(28)	(28)	-	(60)	(60)
Hedge fluxo de caixa	-	(26)	(26)	-	(20)	(20)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	150	-	150	131	-	131
Efeito de modificação de dívida - IFRS 9	-	-	-	24	-	24
Outros	13	-	13	16	-	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	423	(378)	45	315	(397)	(82)
Compensação	(378)	378	-	(315)	315	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	45	-	45	-	(82)	(82)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	26
De 1 a 2 anos	225
De 4 a 5 anos	5
Após 5 anos	167
	423

**20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(82)	(395)
Benefícios no exercício	127	268
Reorganização societária	-	45
No final do exercício	45	(82)

**21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**21.1 Capital social e direitos das ações**  
O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$788 (R\$761 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.346.674.477 ações ordinárias (1.341.757.835 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias.

Em 1º de junho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$18, mediante a emissão de 544 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.720 mil ações ordinárias.

Em 27 de julho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$8, mediante a emissão de 404 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.020 mil ações ordinárias.

Em 11 de agosto de 2021 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o desdobramento das 269.299.859 ações ordinárias, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social atual, o qual passou a ser dividido em 1.346.499.295 ações ordinárias.

Em 7 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$1, mediante a emissão de 175 mil ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas controladores	557.857.105	41,42%	1.341.757.835	100,00%
Ações em circulação	788.817.372	58,58%	-	-
Total	1.346.674.477	100,00%	1.341.757.835	100,00%

**21.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital próprio (JSCP) aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	1.610	1.398
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 21.4)	709	-
Base reserva legal	901	1.398
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício (nota nº 21.3)	5	5
Base dividendos	696	1.398
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	224	249
Pagamento JSCP - Líquido (i)	(56)	(264)
Dividendos propostos	168	85

(i) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 30 de setembro de 2021 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$63 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$7, correspondendo ao valor líquido de R\$56.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício. Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que a distribuição, se houver, será feita na proporção estabelecida na ocasião.

**21.3 Reserva de lucros**  
Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$157 (R\$152 em 31 de dezembro de 2020).  
A reserva legal no valor de R\$5 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5 em 31 de dezembro de 2020) foi constituída respeitando o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.610	1.398
Reserva de incentivos fiscais	709	-
Base reserva legal	901	1.398
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	5	5

**21.4 Reserva de incentivos fiscais**  
Conforme embasamento legal mencionado na nota explicativa nº 20.1, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$709 à reserva de incentivos fiscais.

Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

**21.5 Pagamento baseado em ações**  
**21.5.1 Opções outorgadas reconhecidas**  
Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) / (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações"). A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com o correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevem os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2021.

**Plano de remuneração da Companhia**  
O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B8 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

**Plano de opção da Companhia**

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C8 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício			Quantidade de ações (em milhares)		
			em reais	gadas	ladas	Vigentes	Canceladas	Exercidas
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	363	(29)	334		
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	363	(29)	334		
				726	(58)	668		

**21.5.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia**

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2021 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2021 (em milhares)
Quantidade de ações	1.346.674
Saldo das séries outorgadas em vigor	668
Percentual máximo de diluição	0,05%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 1,28%; (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 37,96%; (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,66%; e (d) *exit rate* de aproximadamente 8,00%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 29 meses. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$17,21 e R\$7,69 (B8 e C8 respectivamente).

	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do prazo contratual remanescente	
	Ações Em milhares	R\$	Ações Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	726	6,70	670	6,70
Outorgadas durante o exercício	668	6,70	670	6,70
Canceladas durante o exercício	-	-	-	-
Em aberto no fim do exercício	668	6,70	670	6,70

Total a exercer em 31 de dezembro de 2021 668 6,70 2,42

O valor registrado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2020).

**21.5.3 Plano de outorga de opções de compra de ações ordinárias vigentes - GPA**

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício			Quantidade de ações		
			em reais	gadas	ladas	Exercidas	Canceladas	Exercidas
B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(528)	(49)	(17)	-
C5	31/05/2018	31/05/2021	15,42	594	(482)	(60)	(52)	-
B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	462	(129)	(33)	-	300
C6	31/05/2019	31/05/2022	17,39	359	(122)	(42)	-	195
B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	673	(103)	(23)	-	547
C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	497	(104)	(23)	-	370
				3.179	(1.468)	(230)	(69)	1.412

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%; (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%; (b) expectativa de volatilidade de 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%; (b) expectativa de volatilidade de 37,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 1,06 (0,88 anos em 31 de dezembro de 2020). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$70,61 (R\$58,78 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das ações acima se refere às ações do GPA e após a Cisão da Companhia, durante o período, certos executivos da Companhia mantêm remuneração em ações do GPA até a data de exercício das ações acima indicadas, se extinguindo assim o plano do GPA para os executivos da Companhia, esses planos são contabilizados como despesa.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do prazo contratual remanescente	
	Ações Em milhares	R\$	Ações Em milhares	R\$
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88	0,88
Em 31 de dezembro de 2021	1.225	22,37	0,88	0,88
Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37	0,88	0,88
Canceladas durante o exercício	(54)	10,5	0,88	0,88
Exercidas durante o exercício	(1.157)	7		



—☆ continuação

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2021**

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021 e emitiu, por maioria, parecer favorável à sua aprovação pelos acionistas da Companhia. São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

Tufi Daher - Presidente

Eduardo Flores - Conselheiro

Rafael Morsch - Conselheiro

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2021**

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) da Sendas Distribuidora S.A. (Companhia) é um órgão de funcionamento permanente, instituído, em atendimento ao estabelecido no Estatuto Social da Companhia, na reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2021, na qual foi aprovado seu Regimento Interno. O COAUD reporta-se ao Conselho de Administração, com autonomia e independência no exercício de suas funções, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do COAUD são desempenhadas em cumprimento às atribuições regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento.

Compete ao COAUD, basicamente, avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, supervisionar atividades de auditoria interna e avaliar a eficácia dos controles internos e de gestão de riscos da Companhia, assim como as demais atividades previstas na regulamentação da CVM e no seu Regimento. As avaliações e atuação do COAUD baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos seus auditores, a Ernst & Young Auditores Independentes (EY).

O COAUD dirigiu sua atuação na revisão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais, e discutiu, com a administração e com a EY, os temas mais relevantes, como os principais assuntos de auditoria e sistemas de controles internos.

O COAUD acompanhou, analisou e avaliou, como principais temas, os trabalhos da Companhia quanto a: (i) implementação e vigência das práticas de controles

internos e atendimento aos principais requisitos da Lei Sarbanes Oxley; (ii) avaliação de riscos e provisionamentos ou divulgações de contingências fiscais e outras, e respectivas garantias e depósitos judiciais; (iii) programa de trabalho e relatórios da Auditoria Interna; (iv) desempenho das práticas de Gestão de Riscos da Cia.; e (v) práticas de *Compliance*.

**Conclusão**

O COAUD, observado o escopo de sua atuação, e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, entende que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

L. Nelson Carvalho - Coordenador

José Flávio Ramos

Heraldo Oliveira

Christophe Hidalgo

Philippe Alarcon

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Sendas Distribuidora S.A.**

São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Reapresentação dos valores correspondentes em decorrência do balanceamento entre as reservas legal e de lucro, bem como o impacto da destinação dos dividendos e nos dividendos a pagar e dos efeitos do desdobramento de ações**

Conforme mencionado na nota explicativa 4.1, em decorrência do balanceamento entre as reservas legal e de lucro, bem como o impacto da destinação dos dividendos e nos dividendos a pagar, em cumprimento aos limites estabelecidos pelo art. 193 da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 26, em decorrência dos efeitos do desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2021, o cálculo do lucro básico e diluído por ações foi ajustado de forma retrospectiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme requerimentos da NBC TG 41, ou CPC 41 Resultado por ação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Realização de créditos tributários - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS totalizaram R\$ 1.153 milhões, conforme divulgado na nota explicativa 10. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria, pois os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021; e, a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: **i)** o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre esse processo anual e sobre a elaboração das projeções utilizadas pela administração; **ii)** a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; **iii)** o envolvimento de nossos especialistas em impostos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários; e **iv)** a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Contingências tributárias com probabilidade de perda avaliada como possível**

Conforme divulgado na nota explicativa 17.4, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências tributárias que totalizam R\$ 2.346 milhões, para os quais nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2021, uma vez que a probabilidade de perda foi avaliada como possível com base nas informações disponíveis nessa data.

A administração da Companhia usa julgamento significativo para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela Companhia são mais prováveis que não de obter êxito na discussão judicial de tais processos nos tribunais, considerando a complexidade do ambiente tributário no Brasil e a falta de jurisprudência sobre certos assuntos tributários. Nessa avaliação, a administração da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

A avaliação da administração em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: **i)** o entendimento do processo implementado pela administração, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários, para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela administração são mais prováveis do que não de obter êxito nos tribunais; **ii)** a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia e utilizamos nosso conhecimento e nossa experiência sobre a aplicação da legislação tributária pelas autoridades fiscais para avaliar os julgamentos efetuados pela administração da Companhia sobre os processos tributários; **iii)** o envolvimento de nossos especialistas da área tributária para avaliar os argumentos técnicos apresentados pela administração e avaliamos uma amostra de opiniões ou orientações legais de assessores externos obtidos pela Companhia; e **iv)** a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os julgamentos e avaliações de probabilidade de perda sobre os processos tributários avaliados como perda possível, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados para determinar a probabilidade de perda de tais processos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí**

Conforme divulgado na nota explicativa 1.4, em 14 de outubro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia e do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper operadas pelo GPA em lojas de cash & carry operadas sob a bandeira ASSAÍ.

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o "Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças", regulando a cessão à Companhia, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais, pelo valor total de até R\$ 3.973 milhões.

Essa transação foi significativa para a nossa auditoria, tendo em vista o risco relacionado às transações com partes relacionadas que não estejam em condições ou práticas usuais de mercado e os montantes envolvidos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: **(i)** a revisão do Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças; **(ii)** a verificação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados; **(iii)** revisão do memorando técnico contábil preparado pela administração da Companhia; **(iv)** a avaliação da adequação da política interna estabelecida para transações com partes relacionadas pela Companhia e sua aplicação à referida transação; **(v)** verificação da aprovação da transação pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e **(vi)** a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos um ajuste de reclassificação entre contas patrimoniais não registrado pela diretoria, face sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adequação do tratamento contábil dado à conversão das lojas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o registro das transações e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação complementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Stela de Aguiar Cerqueira**  
Contadora - CRC-1SP258643/O-4

